# TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 094/2025

*TERMO DE CREDENCIAMENTO **Nº 094/2025** CELEBRADO ENTRE O IPESAÚDE E A EMPRESA **FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA**, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS.*

**CREDENCIANTE: INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE** – IPESAÚDE, Autarquia Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, regida pela Lei Estadual n° 9.226, de 28 de junho de 2023, inscrita no CNPJ sob o n° 08.042.554/0001-63, com sede à Rua Campos, nº 177, Bairro São José, Aracaju/SE, representado, neste ato, por seu Diretor-Presidente – **DR. WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº XXX.308.228-XX e RG nº X.XX6.525-X SSP/SE, residente e domiciliado nesta capital; e

**CREDENCIADO: FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA**, com endereço na Rua CAMPOS, nº 784, Bairro: Sao Jose, Aracaju/SE, CEP 49.015.220, inscrita no CNPJ n.º 01.774.953/0001-70, neste ato, representado pela Sócio-Administrador **CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAÚJO**, brasileiro, CPF XXX..639.655-XX, celebram o presente Termo, com fundamento no artigo 74, IV, c/c artigo 79 da **Lei Federal nº 14.133/2021**, de acordo com o Edital de Chamamento Público para Credenciamento **nº 01/2023**, mediante as seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O presente termo tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS** na especialidade **FISIOTERAPIA**, em conformidade com as especificações contidas no Anexo Único deste contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

**2.1** O valor mensal estimado deste contrato é de **R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)**, tendo em vista a capacidade produtiva da credenciada, bem como a demanda apresentada pelo IPESAÚDE, considerando a livre escolha do beneficiário.

**2.2** O valor anual estimado deste contrato será de **R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**

**2.3** Em caso de alteração dos itens e valores previstos na Tabela Própria do IPESAÚDE, a Instituição se reserva ao direito de realizar a publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado de Sergipe, bem como no site http://www.ipesaude.se.gov.br/ cabendo à rede credenciada o seu acompanhamento para fins de faturamento.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1** As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Ipesaúde para o corrente exercício:

| CÓD. DA UNIDADE | FUNÇÃO PROGRAMÁTICA | PROJETO ATIVIDADE | NATUREZA DA DESPESA | FONTE DE RECURSOS |
|---|---|---|---|---|
| 15204 | 04.302.0031 | 759 | 3.3.90.39 | 1799 |

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

**4.1.** A presente contratação terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da assinatura, condicionada a sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site do IPESAÚDE, bem como a publicação do seu Extrato no Diário Oficial do Estado de Sergipe, podendo ser prorrogado em face da conveniência da Administração, suspenso ou rescindido a qualquer tempo, desde que devidamente justificado, nos termos da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS DO CREDENCIANTE**

**5.1.** Cabe ao CREDENCIANTE:

**5.1.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

**5.1.2.** Proporcionar todas as facilidades para que a CREDENCIADA possa cumprir a obrigação de prestação dos serviços dentro das normas do contrato;

**5.1.3.** Efetuar o pagamento à CREDENCIADA, nos termos deste contrato;

**5.1.4.** Aplicar à CREDENCIADA as sanções cabíveis;

**5.1.5.** Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

**5.1.6.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CREDENCIADA;

**5.1.7.** Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.

**5.1.8.** Publicar o contrato, aditivos, se houver, e extratos no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Estado, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da assinatura, em atenção ao disposto no art. 94, II da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DA CREDENCIADA**

**6.1.** Cabe à CREDENCIADA o cumprimento das seguintes obrigações:

**6.1.1.** Executar os serviços contratados de acordo com as especificações discriminadas neste contrato e seu anexo;

**6.1.2.** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CREDENCIANTE;

**6.1.3.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração, aos bens do CREDENCIANTE, ou ainda, a terceiros, durante a execução deste contrato; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CREDENCIANTE;

**6.1.4.** Comunicar à Administração do CREDENCIANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

**6.1.5.** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

**6.1.6.** Arcar com as despesas decorrentes de infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado;

**6.1.7.** Manter preposto, aceito pela Administração do CREDENCIANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

**6.1.8.** Responder por todas as despesas com pessoal, que diretas ou indiretas, sejam decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, encargos previdenciários, obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeição, vales-transportes e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

**6.1.9.** Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

**6.1.10**. Responder por encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

**6.1.10.1.** A inadimplência da CREDENCIADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREDENCIANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CREDENCIADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CREDENCIANTE.

**6.2.** São expressamente vedadas à CREDENCIADA:

**6.2.1.** Cobrar do beneficiário do Ipesaúde qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados que estejam previstos na Tabela estabelecida no edital de credenciamento;

**6.2.2.** A subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, salvo em casos excepcionais, autorizados expressamente pelo CREDENCIANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é demandada, acompanhada e fiscalizada pelo servidor **Gustavo Freitas Buarque,** desde já designado como fiscal pelo Instituto, ou quem a substituir no decorrer da vigência contratual, designado por meio de Portaria da Presidência, ao qual incumbirá a prática de todos os atos inerentes ao exercício deste poder, inclusive, quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor, a quem caberá ainda o atesto das respectivas notas fiscais de prestação de serviços, de acordo com o Decreto Estadual nº 342 de 2023.

**7.2.** O Fiscal deste contrato terá, dentre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento técnico da prestação dos serviços; fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada; comunicar à credenciada sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais; atestar as notas fiscais de serviço para efeito de pagamento; recusar os serviços que estiverem fora das especificações e quantidades constantes deste contrato; solicitar à credenciada e ao seu preposto todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços contratados; acompanhar os prazos de vigência do contrato; acompanhar os valores faturados mensalmente de modo que não possa ultrapassar o limite contratual estabelecido.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS PROCEDIMENTOS**

**8.1**.Todos os procedimentos, sejam eles eletivos, de urgência e emergência e SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico), passarão por análise e perícia prévia e, quando necessário, perícia presencial.

**8.2** A CREDENCIADA a deverá se adequar ao sistema de autorização utilizado pelo IPESAÚDE.

**CLÁUSULA NONA - DA AUDITORIA**

**9.1** Todas as contas passarão por auditoria médica e de enfermagem para análise e validação da conta, mesmo ocorrendo a autorização prévia do procedimento. Também é feita a análise de pertinência e evidência de utilização dos materiais e medicamentos devidos nas cobranças.

**9.2** A auditoria poderá acompanhar procedimentos cirúrgicos in loco, conforme necessidade e determinação do IPESAÚDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS**

**10.1** A CREDENCIADA deverá apresentar as contas a serem processadas até o **3º dia útil** de cada mês, podendo esse prazo ser alterado de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração.

**10.1.1** Em caso de alteração do prazo supracitado, o IPESAÚDE deverá formalizar por meio

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

de ofício a rede credenciada.

**10.2** A apresentação das contas ocorrerá mediante protocolo de ofício por meio eletrônico, em formato PDF, via E-DOC EXTERNO, pelo site: https://edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/. Além disso, o mesmo ofício, juntamente com a produção deverão ser apresentados de forma física ao setor de contas, situado na sede do IPESAÚDE.

**10.3** Os arquivos referentes a produção apresentada deverão ser enviados por meio do sistema utilizado pelo IPESAÚDE.

**10.4** Não serão aceitas faturas represadas que possuem prazo superior a 90 (noventa) dias, a contar da data de atendimento, realização do procedimento e/ou alta hospitalar.

**10.4.1** Em caso de alteração do prazo supracitado, o IPESAÚDE deverá formalizar por meio de ofício a rede credenciada.

**10.5** As contas apresentadas poderão receber glosa administrativa caso as cobranças estejam em desacordo com o contrato firmado ou tabela disponibilizada pelo IPESAÚDE.

**10.6** O processo de faturamento será analisado pelo Setor de Contas, que observará, no que couber:

**10.6.1** A divergência entre valores lançados nas contas e os existentes na Tabela do IPESAÚDE;

**10.6.2** Erro nos cálculos operacionais ou de processamento;

**10.6.3** Erro no envio do arquivo eletrônico, quando se identificar desacordo com o padrão TISS (Troca de Informação de Saúde Suplementar).

**10.7** Na identificação de qualquer falha no processo de faturamento, o Setor de Contas comunicará à credenciada para correção, caso em que será suspenso o prazo de pagamento até a regularização da pendência.

**10.8** Havendo qualquer erro não sanado, o Setor de Contas efetuará as devidas GLOSAS.

**10.9** O IPESAÚDE se reserva o direito de contratar empresa especializada em auditoria, a fim de efetuar o acompanhamento e conferência das cobranças.

**10.10** Concluído o processo de faturamento, haverá a tramitação do processo de pagamento conforme fluxo definido pelo IPESAÚDE.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

**11.1.** Os serviços prestados serão pagos de acordo com os valores especificados na Tabela Própria do IPESAÚDE, entendido este preço como justo e suficiente para a total execução do objeto contratado.

**11.1.1.** Em caso de necessidade de atualização da tabela vigente, as alterações deverão ser autorizadas pelo Conselho Deliberativo do IPESAÚDE e disponibilizadas por meio de Portaria, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe, bem como no site da Instituição para o devido acesso dos credenciados.

**11.2.** O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo IPESAÚDE em moeda corrente nacional, devendo ocorrer após a execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias da autorização para emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal:

a) Certidão de regularidade relativa a débitos municipais;
b) Certidão de regularidade relativa a débitos estaduais;
c) Certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
d) Certidão de regularidade do FGTS;
e) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
f) Certidão negativa de falência e concordata

**11.3.** As faturas remetidas ao IPESAÚDE em prazo superior a 90 (noventa) dias a contar da data de atendimento, realização do procedimento e/ou alta hospitalar serão rejeitadas.

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

**11.4.** As autorizações emitidas e cobradas pelos credenciados poderão ser auditadas pelo IPESAÚDE a qualquer tempo, de forma integral ou por amostragem.
**11.5.** O pagamento será efetuado no prazo estabelecido, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente da credenciada, **001 BANCO DO BRASIL, AG:3361-8 CONTA: 5708-8.**
**11.6.** O prazo de 30 (trinta) dias citados no **item 11.2** ficará suspenso no final de cada exercício financeiro, quando o Estado suspende os empenhos e pagamentos através do i-GESP (Sistema de Gerenciamento Financeiro, Orçamentário e Patrimonial de Gestão Pública), voltando a correr no prazo definido no Decreto de encerramento publicado ao final de cada ano.
**11.7.** Nenhum pagamento será efetuado à credenciada na pendência de qualquer uma das situações especificadas, inclusive quanto à regularidade fiscal, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECURSO DE GLOSA**
**12.1.** O recurso de glosa deverá ser encaminhado ao IPESAÚDE dentro do prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório de glosas. Nenhum recurso será recebido após o prazo supracitado.
**12.2.** Caberá ao IPESAÚDE julgar o recurso apresentado em até 60 (sessenta) dias da data de protocolo do mesmo, com a devida elaboração de parecer técnico e jurídico.
**12.3.** O ofício de solicitação do recurso de glosa deverá informar os itens a serem recursados e deve ser protocolado por meio eletrônico, em formato PDF, via E-DOC EXTERNO, pelo site: https://edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/. Além disso, o mesmo ofício, juntamente com o recurso, deverão ser apresentados de forma física ao setor de contas, situado na sede do IPESAÚDE.
**12.4.** Sendo o recurso julgado improcedente, o IPESAÚDE dará ciência ao credenciado por meio do TERMO DE INDEFERIMENTO DO RECURSO DE GLOSAS, que será assinado por ambas as partes, arquivando-se a documentação.
**12.5.** Sendo o recurso julgado procedente, o IPESAÚDE dará ciência ao credenciado por meio do TERMO DE DEFERIMENTO DO RECURSO DE GLOSAS, que será assinado por ambas as partes e encaminhado ao setor financeiro para a devida quitação. O pagamento ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a contar da autorização para emissão da Nota Fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**
**13.1.** Este contrato poderá sofrer alterações desde que estejam em conformidade com o disposto nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/21, condicionadas ainda a devida instrução processual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**
**14.1.** A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.
**14.2.** Constituem ainda motivo para a extinção contratual, conforme regramento previsto no Edital nº 01/2023:

a) Deixar de promover a atualização dos documentos de habilitação ou incorrer em situação de irregularidade fiscal;
b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica, ou fiscal do credenciado;
c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional do trabalho;
d) Pedido formal do credenciado, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
e) A cobrança da contratada ao beneficiário de qualquer importância a título de serviços prestados relacionados aos procedimentos previamente autorizados e que serão custeados pelo

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

IPESAÚDE;

f) Deixar de apresentar a produção de contas para faturamento pelo prazo de 6 (seis) meses consecutivos.

**14.3.** A decisão de extinção contratual unilateral por parte da Administração deverá ser devidamente motivada e caberá defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, como garantia do credenciado ao direito do contraditório, sendo avaliadas suas razões em igual prazo.

**14.4.** A extinção contratual não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal n° 14.133/2021, se for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** A inobservância pela credenciada de cláusulas ou obrigações constantes do Edital 01/2023 e neste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o IPESAÚDE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais, em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar ou contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**15.2.** As sanções mencionadas no item anterior não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21.

**15.3.** Na aplicação das penalidades citadas será observado o disposto do Título IV – Capítulo I da Lei Federal n° 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. [...]
Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferenci-

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

almente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.
§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida
Lei. Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.
Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
II - pagamento da multa;
III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos re-

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

quisitos definidos neste artigo. Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**15.4.** Em qualquer hipótese é assegurado a empresa credenciada o amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**16.1**. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.2.** O presente contrato vincula-se aos termos do Processo de Credenciamento **nº14282/2025 ,** iniciado pelo **Protocolo nº 015214.69137/2025-4**, baseado no **Edital nº 01/2023**, em especial: Justificativa de Inexigibilidade de Licitação, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

**16.3.** **O Parecer Jurídico nº 1234/2025** elaborado pela Procuradoria Jurídica do IPESAÚDE, manifestou-se pela viabilidade da celebração do presente Termo de Credenciamento, em razão do cumprimento dos requisitos exigidos em Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, ao exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**18.1.** As questões decorrentes da execução deste contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Aracaju/SE, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**18.2.** Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Aracaju (SE), 22 de julho de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO
Data: 23/07/2025 08:29:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR**
Diretor-Presidente do IPESAÚDE
Credenciante

**CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAÚJO**
Sócio-Administrador da
**FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA**
Credenciada

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

**ANEXO ÚNICO**

**CREDENCIAMENTO Nº 094/2025**

**FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA**

Presente termo tem por objeto a prestação de serviço na especialidade de **FISIOTERAPIA**, que deverão ser executados **em estabelecimento próprio**, limitados aos seguintes códigos e detalhamentos, cujo os valores estão previstos na Tabela IPESAÚDE.
**(PORTARIA IPESAÚDE Nº 149/2025).**

| CÓDIGO | CONSULTA |
|---|---|
| 2.01.09.032 | FISIOTERAPIA EM PATOLOGIAS MOTORAS QUE AFETAM 2 OU MAIS MEMBROS |
| 2.01.09.059 | FISIOTERAPIA EM PACIENTES COM PATOLOGIAS OSTEOARTICULARES/AMPUTAÇÕES – 1 MEMBRO OU SEGMENTO |
| 2.01.09.083 | FISIOTERAPIA EM PACIENTES COM PATOLOGIAS OSTEOARTICULARES/AMPUTAÇÕES AFETANDO MAIS DE 2 MEMBROS OU SEGMENTOS |
| 2.01.09.067 | FISIOTERAPIA EM PATOLOGIAS QUE AFETAM DIVERSOS SEGMENTOS/POLITRAUMATIZADOS |
| 2.01.09.016 | FISIOTERAPIA EM PATOLOGIAS NEUROMOTORAS QUE AFETAM 1 MEMBRO OU SEGMENTO |
| 2.01.09.091 | FISIOTERAPIA EM CARDÍACOS OU EM PATOLOGIAS RESPIRATÓRIAS OU EM PACIENTES QUEIMADOS |
| 0.92.19.0014 | FISIOTERAPIA DOMICILIAR |
| 0.92.19.2025 | FISIOTERAPIA MOTORA(SESSÃO) |
| 0.92.19.2033 | FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA(SESSÃO) |

A pessoa jurídica credenciada somente poderá utilizar e faturar os códigos descritos no presente Anexo Único.

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código de verificação: 9JV3-EEZD-KKVO-EK8C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/07/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 28/07/2025 09:05:10 (Certificado Digital)
- CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO 23/07/2025 08:29:26 (Certificado Digital)

## TERMO DE IDENTIFICAÇÃO DE CORPO CLÍNICO

O presente documento tem como objetivo identificar o corpo clínico da empresa **FISIOPLAN CLINICA DE FISIOPTERAPIA LTDA,** credenciada junto ao IPESAÚDE por meio do Termo de Credenciamento nº **094/2025.**

Este Termo é parte integrante do Contrato.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO COMPROMISSO

Os profissionais relacionados no presente documento comprometem-se a prestar atendimento aos beneficiários do IPESAÚDE, **sendo necessária a comunicação prévia à Autarquia, com 30 (trinta) dias de antecedência, em caso de descontinuidade do atendimento**, sob pena de aplicação das sanções legais previstas na legislação que rege a Administração Pública.

### CLÁUSULA SEGUNDA – RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS

A empresa **FISIOPLAN CLINICA DE FISIOPTERAPIA LTDA,** credenciada ao IPESAÚDE a partir da data **de assinatura do contrato**, prestará atendimento aos beneficiários da Instituição por meio dos seguintes profissionais:

**1. CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAÚJO - CPF: 974.639.655-20 – CREFITO – 82694 F**

**2. AMANDA FLORIANA RODRIGUES OLIVEIRA – CPF – 071.127.485-18 – CREFITO – 302429 F**

**3. PATRICIA DANIELA SOUZA SANTOS – CPF – 763.636.435-20 – CREFITO 179639 F**

**4. DERIK RODRIGUES DIAS – CPF 069.220.225-05 – CREFITO – 342351 F**

**5. YARA REGINA RODRIGUES CARVALHO – CPF – 084.656.364-94 - CREFITO - 286900 F**

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do corpo clínico da empresa deverá ser formalizada ao setor de credenciamento, o qual será criado processo junto ao Ipesaúde para ser analisado pela presidência e as diretorias responsáveis por este prestador, sendo autorizado será formalizado por meio de Termo Aditivo, o qual terá como anexo o Termo de Identificação de Corpo Clínico atualizado.**CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente Termo deverá ser assinado pelo responsável legal da empresa credenciada, por todos os profissionais que integram o corpo clínico, bem como pelo Diretor-Presidente do IPESAÚDE.

Aracaju, 21 de julho de 2025.

**WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR**
*Diretor-Presidente do IPESAÚDE*
***Credenciante***

Carlos Eduardo G. M. Araújo

**CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAÚJO**
Sócio-Administrador da **FISIOPLAN CLINICA DE FISIOPTERAPIA LTDA**
Credenciada

Carlos Eduardo G. M. Araújo

**CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAÚJO**
Integrante do Corpo Clínico da
**FISIOPLAN CLINICA DE FISIOPTERAPIA LTDA**
***Credenciada***

Amanda Floriana Rodrigues Oliveira.

**AMANDA FLORIANA RODRIGUES OLIVEIRA**
Integrante do Corpo Clínico da
**FISIOPLAN CLINICA DE FISIOPTERAPIA LTDA**
***Credenciada***

Patrícia Daniela Souza Santos

**PATRICIA DANIELA SOUZA SANTOS**
Integrante do Corpo Clínico da
**FISIOPLAN CLINICA DE FISIOPTERAPIA LTDA**
***Credenciada***

Derik Rodrigues Dias

**DERIK RODRIGUES DIAS**
Integrante do Corpo Clínico da
**FISIOPLAN CLINICA DE FISIOPTERAPIA LTDA**
***Credenciada***

Yara Regina Rodrigues Carvalho

**YARA REGINA RODRIGUES CARVALHO**
Integrante do Corpo Clínico da
**FISIOPLAN CLINICA DE FISIOPTERAPIA LTDA**
***Credenciada***

**Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe**

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 094/2025**

**CONTRATANTE**: IPESAÚDE
**CONTRATADO**: **FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA – 01.774.953/0001-70**
**OBJETO:** O presente termo tem por objeto o credenciamento para prestação de serviços de saúde
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15.204/04.302.0031/759/339039/1799
**VALOR CONTRATUAL:** R$ 450.000,00
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 14.133/2021
**DATA DE ASSINATURA**: 28/07/2025
**PARECER JURÍDICO Nº** 1234/2025 – PROJUR – IPESAÚDE
**PROCESSO Nº** º 015214.69137/2025-4 (E-DOC 14282/2025)

WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR
**Diretor Presidente**

Rua Campos, 177, São José, Aracaju, Sergipe, CEP: 49015-220
Telefone: (79) 3226-2828 Fax: (79) 3214-3155
CNPJ: 08.042.554/0001-63

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: OKW1-TF8H-1F6I-7OLK

# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código de verificação: OKW1-TF8H-1F6I-7OLK

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/07/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 30/07/2025 11:24:14 (Certificado Digital)

quinta-feira, 31 de Julho de 2025 Aracaju - Sergipe **Diário Oficial** Nº 29.697 **14**

## Ipesaúde

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**
**PORTARIA Nº 183**
**DE 23 DE JULHO DE 2025**

O Diretor-Presidente do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso XV, combinado com o § 1º do artigo 64, e de acordo com o disposto no Art. 84, § 2º da Lei nº. 9.226, de 28 de junho de 2023, **resolve;**
**Art. 1º - EXONERAR, ALINE CABRAL VIEIRA MENDONÇA MAIA**, CPF. nº.: XXX.579.915-XX, no Cargo em Comissão Simples de Assessor Executivo II, Símbolo CCS-14, do IPESAÚDE, **a partir de 31 de Julho de 2025**.
**Art. 2º** - Revogam-se as disposições em contrário.
**PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE.**

**Walter Gomes Pinheiro Junior**
Diretor-Presidente

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CREDENCIAMENTO N.º 004/2023**

**CONTRATANTE**: IPESAÚDE
**CONTRATADO**: **CENTRO OFTALMOLÓGICO DE SERGIPE - CNPJ: 01.237.535/0001-43**
**OBJETO:** Termo Aditivo Prorrogação do prazo contratual em 24 meses, contados a partir de 28 de Julho de 2025.
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15.204/04.302.0031/759/339039/1799
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 8.666/93
**DATA DE ASSINATURA**:24/07/2025
**PARECER JURÍDICO Nº** 1252/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
**PROCESSO Nº** 015214.68386/2025-1 (Edoc: 14131/2025)

**EXTRATO DO 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO N.º 055/2025**

**CONTRATANTE:** IPESAÚDE
**CONTRATADO:** DIAVERUM ASSISTÊNCIA MEDICA E NEFROLÓGICA LTDA - 59.650.366/0003-10 .
**OBJETO:** O objetivo deste termo é retificar o Anexo único
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 14.133/2021
**DATA DE ASSINATURA:** 21/07/2025
**E-DOC:** 7063/2025

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N.º 062/2025**

**CONTRATANTE**: IPESAÚDE
**CONTRATADO**: **CLÍNICA INTERVENT LTDA** - CNPJ n.º **29.444.853/0001-02**
**OBJETO: Termo Aditivo tem por objeto supressão de valor a partir do dia 23/08/2025**
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 15.204/04.302.0031/759/339039/1799
**VALOR CONTRATUAL**: R$ 140.000,00
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Lei n.º 14133/21
**DATA DE ASSINATURA**: 29/07/2025
**PARECER JURÍDICO** Nº 1283/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
**PROCESSO E-DOC** Nº 15789/2025

**EXTRATO DO TERMO DO CREDENCIAMENTO N° 086/2025**

**CONTRATANTE:** IPESAÚDE
**CONTRATADO: JESSICA LEAL DOS SANTOS - CNPJ Nº 59.122.461/0001-80**
**OBJETO:** O presente termo tem por objeto a prestação de serviços médicos.
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39/1799
**VALOR CONTRATUAL:** 60.000,00
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 14.133/2021
**DATA DE ASSINATURA:** 29/07/2025
**PARECER JURÍDICO Nº:** 1215/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
**PROCESSO:** 015214.52773/2025-3 (Edoc: 11653/2025)

**EXTRATO DO TERMO DO CREDENCIAMENTO N° 090/2025**

**CONTRATANTE:** IPESAÚDE
**CONTRATADO: ARF SAÚDE LTDA - CNPJ º 37.348.553/0001-40**
**OBJETO:** O presente termo tem por objeto a prestação de serviços médicos.
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39/1799
**VALOR CONTRATUAL:** 600.000,00
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 14.133/2021
**DATA DE ASSINATURA:** 29/07/2025
**PARECER JURÍDICO Nº:** 1240/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
**PROCESSO:** 015214.57728/2025-7 - (Edoc: 12623/2025)

**EXTRATO DO TERMO DO CREDENCIAMENTO N° 094/2025**

**CONTRATANTE:** IPESAÚDE
**CONTRATADO: FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA - 01.774.953/0001-70**
**OBJETO:** O presente termo tem por objeto o credenciamento para prestação de serviços de saúde.
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39/1799
**VALOR CONTRATUAL:** 450.000,00
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 14.133/2021
**DATA DE ASSINATURA:** 28/07/2025
**PARECER JURÍDICO Nº:** 1234/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
**PROCESSO:** 015214..69137/2025-4 (E-DOC 14282/2025)

**WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR**
**Diretor Presidente**

## Itps

**GOVERNO DE SERGIPE**
**INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO Nº 01/2025**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DE SERGIPE - ITPS, no uso de suas atribuições legais, por intermédio de sua Procuradora, considerando que os autuados abaixo relacionados se encontram em local incerto e não sabido, restando frustrada(s) a(s) tentativa(s) de notificação pessoal ou postal realizada(s) em seu(s) endereço(s) cadastrais disponíveis neste Instituto e na Receita Federal, conforme documentado nos respectivos autos, e com amparo no Art. 143, inciso III e Parágrafo 3º, da Lei Complementar Estadual nº 33/1996, bem como em observância ao inciso LV, do art. 5º da Constituição Federal, vem, por meio do presente Edital, **NOTIFICAR** os referidos autuados da lavratura do(s) Auto(s) de Infração abaixo discriminados, ficando, na mesma oportunidade, **INTIMADOS** para, no prazo improrrogável de **10 (dez) dias corridos**, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste, apresentar **DEFESA**.

A defesa deverá estar devidamente fundamentada e acompanhada dos documentos necessários, devendo ser endereçada ao Presidente do ITPS e protocolada no setor de Protocolo do Instituto, localizado na Rua Campo do Brito, 371, Bairro São José, Aracaju/SE, ou enviada para o endereço eletrônico juridico@itps.se.gov.br. A ausência de apresentação de defesa no prazo legal implicará no prosseguimento e **JULGAMENTO DO PROCESSO À REVELIA** do autuado, nos termos da Lei nº 9.933/99.

**RELAÇÃO DE AUTUADOS**

| Auto de Infração | Processo | Nome ou Razão Social | CPF/CNPJ |
|---|---|---|---|
| 3732964 | 880/2025 | JOSENILSON DOS SANTOS | 713.XXX.XXX-68 |
| 3732674 | 572/2025 | JOSICLAUDIA DOS SANTOS | 042.XXX.XXX-66 |
| 3731931 | 2506/2024 | JAILSON PEREIRA SILVA | 869.XXX.XXX-53 |
| 3731570 | 2145/2024 | ROBERTO ALMEIDA LUCENA | 557.XXX.XXX-72 |
| 3733685 | 1606/2025 | LUZINALVA DE JESUS SILVA | 003.XXX.XXX-09 |
| 3732615 | 514/2025 | CLEONER ALVES DO NASCIMENTO | 900.XXX.XXX-20 |
| 3732584 | 483/2025 | ERALDO GOMES DA SILVA | 188.XXX.XXX-15 |
| 3732728 | 629/2025 | MOBIBRASIL SOROCABA LTDA | 117.XXXXXXXXX-13 |
| 3732415 | 315/2025 | EDILANJE RIBEIRO DIAS | 052.XXX.XXX-16 |
| 3732409 | 309/2025 | LUCIANO LIMA NUNES | 037.XXX.XXX-10 |
| 3732610 | 509/2025 | ZENILDE OLIVEIRA DOS SANTOS | 031.XXX.XXX-51 |
| 3732856 | 774/2025 | PEDRO MOREIRA NETO | 026.XXX.XXX-10 |
| 3512359 | 1025/2024 | MARIA CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA | 985.XXX.XXX-68 |
| 3732460 | 359/2025 | EDIVALDO TELES DA SILVA | 014.XXX.XXX-94 |
| 3731047 | 1619/2024 | JOSELITO RAMOS DE JESUS | 167.XXX.XXX-49 |
| 3732127 | 33/2025 | ASS DOS V DE S ROSA DO ERMIRIO | 037.XXXXXXXXX-82 |
| 3732664 | 563/2025 | ERICO MORAES DE ALMEIDA | 046.XXX.XXX-19 |
| 3732717 | 618/2025 | STATUS TRANSPORTES LTDA | 583.XXXXXXXXX-68 |
| 3732263 | 167/2025 | RUBIA DA SILVA SANTOS | 027.XXX.XXX-77 |
| 3732931 | 850/2025 | SAULO VASCONCELOS DA SILVA | 335.XXX.XXX-64 |
| 3732891 | 810/2025 | MONICA FERREIRA CONCEICAO SANTOS - (Nome Fantasia: VIAÇÃO BOM SUCESSO) | 118.XXXXXXXXX-04 |
| 3732203 | 106/2025 | ALESSANDRO DA SILVA | 964.XXX.XXX-04 |
| 3731570 | 2145/2024 | ROBERTO ALMEIDA LUCENA | 557.XXX.XXX-72 |
| 3731027 | 1598/2024 | SIDINEI VIERA DA SILVA | 031.XXX.XXX-06 |
| 3731724 | 2288/2024 | AURELINO ALMEIDA SANTOS | 262.XXX.XXX-66 |
| 3732355 | 256/2025 | RAFAEL RODRIGUES SANTOS | 662.XXX.XXX-53 |
| 3731918 | 2493/2024 | JORGE TAVARES NOGUEIRA | 034.XXX.XXX-54 |
| 3731800 | 2372/2024 | MARCOS ANTONIO SAMPAIO BASTOS | 080.XXX.XXX-21 |
| 3731170 | 1744/2024 | HENRIQUE FERNANDES SANTOS | 021.XXX.XXX-55 |
| 3512577 | 1248/2024 | ANTONIO DE JESUS ALVES | 975.XXX.XXX-91 |
| 3732262 | 166/2025 | JONALDO SANTOS CRUZ | 000.XXX.XXX-28 |
| 3731999 | 2573/2024 | PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTOS | 084.XXX.XXX-26 |
| 3732560 | 459/2025 | JOSE SERGIO FREITAS DOS REIS | 000.XXXXXXXXX-80 |
| 3731788 | 2360/2024 | JANEBERGUE SOARES MOUREIRA | 000.XXXXXXXXX-67 |
| 3732476 | 375/2025 | NUTROTEC NUTRICAO ANIMAL LTDA | 263.XXXXXXXXX-79 |
| 3732248 | 152/2025 | EDINALDO DOS SANTOS | 022.XXX.XXX-28 |
| 3732668 | 567/2025 | PAULO ROBERTO ABREU SANTANA | 479.XXX.XXX-20 |
| 3732644 | 543/2025 | VALDICE DE ANDRADE GOIS | 531.XXX.XXX-15 |
| 3732425 | 325/2025 | R & N VEICULOS E SERVICOS LTDA | 088.XXXXXXXXX-72 |
| 3732434 | 334/2025 | R & N VEICULOS E SERVICOS LTDA | 088.XXXXXXXXX-72 |
| 3732532 | 431/2025 | R & N VEICULOS E SERVICOS LTDA | 088.XXXXXXXXX-72 |
| 3732549 | 448/2025 | GIVALDO FERREIRA FRAGA | 041.XXX.XXX-42 |
| 3732555 | 454/2025 | JEFERSON MESQUITA DE MENEZES | 059.XXX.XXX-83 |
| 3731474 | 2048/2024 | MAGNO COSTA DA SILVA | 887.XXX.XXX-10 |
| 3732373 | 274/2025 | JOSEVALDO DA SILVA | 721.XXX.XXX-04 |
| 3732616 | 515/2025 | JOSE RIBEIRO DOS SANTOS | 924.XXX.XXX-72 |
| 3732624 | 523/2025 | JOSEFA OLIVEIRA DE JESUS | 155.XXX.XXX-00 |
| 3732368 | 270/2025 | R.P.A. TRANSPORTES E LOGISTICA | 174.XXXXXXXXX-56 |
| 3731822 | 2394/2024 | LARISSA SANTANA PASSOS | 102.XXX.XXX-50 |
| 3732602 | 501/2025 | ADAILTON RODRIGUES DIAS | 018.XXX.XXX-21 |

Documento Assinado Digitalmente com certificado digital emitido sobre a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Quarta-feira, 30 de Julho de 2025 às 19:50:55

**Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe**

**TERMO ADITIVO Nº 01**

***1º TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 094/2025 FIRMADO ENTRE O IPESAÚDE E FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA****, VISANDO À SUPRESSÃO DE CÓDIGOS.*

**Pelo presente instrumento, o Instituto de Promoção e Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe – IPESAÚDE**, Autarquia Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei Estadual n° 5.853 de 20 de março de 2006, inscrita no CNPJ n° 08.042.554/0001-63, com sede à Rua Campos, nº 177, Bairro São José, nesta capital, neste ato representado por seu **Diretor Presidente Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior,** inscrito no CPF sob o nº XXX.308.228-XX e RG nº X.XX6.525-X SSP/SE, residente e domiciliado nesta capital, e o **FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA**, com endereço na Rua CAMPOS, nº 784, Bairro: São José, Aracaju/SE, CEP 49.015.220, inscrita no CNPJ n.º 01.774.953/0001-70, neste ato, representado pela Sócio-Administrador **CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAÚJO**, brasileiro, CPF XXX.639.655-XX, celebram o **1º Termo Aditivo ao Credenciamento nº 094/2025**, com fundamento no artigo 74, IV, c/c artigo 79, da Lei nº 14.133/2021, nos termos do **E-doc: 18681/2025**, conforme as seguintes disposições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

1.1.1. O presente termo tem como objeto a **supressão** dos códigos referente ao serviço de **FISIOTERAPIA,** em conformidade com as especificações contidas no Anexo Único deste Termo Aditivo.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem em vigor as demais Cláusulas do Termo de Credenciamento n.º **094/2025**, não modificadas expressamente ou implicitamente por este Termo.

E, como nada mais se alterou no Termo de Credenciamento n.º **094/2025**, foi o presente digitado em duas (02) vias de igual teor e forma para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos.

Aracaju, 23 de Setembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO
Data: 29/09/2025 11:34:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR**
Diretor Presidente do Ipesaúde
Credenciante

**CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAÚJO**
Sócio-Administrador da **FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA**
Credenciada

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: VCHP-FNY3-FUTW-TOXX

Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe

# ANEXO ÚNICO – CÓDIGOS PARA EXCLUSÃO

| CÓDIGO | PROCEDIMENTO |
|---|---|
| 0.92.19.2033 | FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA SESSÃO |
| 0.92.19.2025 | FISIOTERAPIA MOTORA SESSÃO |

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: VCHP-FNY3-FUTW-TOXX

# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código de verificação: VCHP-FNY3-FUTW-TOXX

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/10/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 01/10/2025 10:35:14 (Certificado Digital)
- CARLOS EDUARDO GOES MARTINS ARAUJO 29/09/2025 11:34:57 (Certificado Digital)

**Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe**

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N.º 094/2025**

**CONTRATANTE**: IPESAÚDE
**CONTRATADO: FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA,** CNPJ n.º 01.774.953/0001-70
**OBJETO:** Termo Aditivo tem por objeto a supressão de códigos.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Lei n.º 14.133/2021.
**DATA DE ASSINATURA**: 01/10/2025
**E-DOC**: 18681/2025

**WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR**
**Diretor Presidente do Ipesaúde**

Rua Campos, 177, São José, Aracaju, Sergipe, CEP: 49015-220
Telefone: (79) 3226-2828 Fax: (79) 3214-3155
CNPJ: 08.042.554/0001-63

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: SEE6-JQFX-KXAT-LEIN

# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código de verificação: SEE6-JQFX-KXAT-LEIN

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/10/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 02/10/2025 09:27:36 (Certificado Digital)

**EXONERAR**

**MARIA SOCORRO DE MELO**, CPF n.º XXX.977.685-XX, do cargo de Livre Provimento de Assessor Técnico, a partir de 1° de outubro de 2025, inclusive.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Aracaju, 02 de outubro de 2025.

**ADNA DE SANTANA BARBOSA**
Diretora Geral da Fundação Hospitalar de Saúde

## Fundação De Saúde Parreiras Horta

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025
PROCESSO Nº 506/2025

A FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA - FSPH, por meio de seu Pregoeiro comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de preço para aquisição de cadeiras para Coleta Externa da unidade HEMOSE da Fundação de Saúde Parreiras Horta - FSPH.
INICIO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 03/10/2025, às 17h00min.
INICIO DA SESSÃO PÚBLICA: 16/10/2025, às 09h00min (horário de Brasília) - no site www.licitacoes-e2.bb.com.br - Licitação ID BB nº 1080075.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, LC nº 123/2006, Leis Estaduais nº 9.183/2023, 9.166/2023, 9.156/2023 e 8.747/2020, Decretos Estaduais nº 285/2023 e 342/2023.
PARECER JURÍDICO: Nº 181/2025-FSPH.
Formalização de Consultas e Edital:
Segunda à Sexta das 7h às 13h - (79) 3225-8035
www.comprasnet.se.gov.br, www.fsph.se.gov.br e ou www.licitacoes-e2.bb.com.br
FSPH/HEMOSE: Avenida Professor José Bonifácio Fortes Neto, 400, Bairro Capucho - Bloco Administrativo 01.
Aracaju/SE, 02 de outubro de 2025.

ILDSON OLIVEIRA DE MELO
Pregoeiro da FSPH

## Ipesaúde

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 082/2023**
**CONTRATANTE**: IPESAÚDE
**CONTRATADO**: **DIAVERUM ASSISTÊNCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA - CNPJ Nº 59.650.366/0005-82**
**OBJETO:** Termo Aditivo Prorrogação do prazo contratual em 24 meses, contados a partir de 02 de outubro de 2025
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39 /1799
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 14133/2021
**DATA DE ASSINATURA**: 26/09/2025
**PARECER JURÍDICO Nº** 1640/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
**PROCESSO Nº** 015215.11433/2025-5 (Edoc: 21647/2025)

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N.º 094/2025**
**CONTRATANTE**: IPESAÚDE
**CONTRATADO**: **FISIOPLAN CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA, CNPJ n.º 01.774.953/0001-70**
**OBJETO:** Termo Aditivo tem por objeto a supressão de códigos.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 14133/2021
**DATA DE ASSINATURA**: 01/10/2025
**E-DOC Nº**: 18681/2025

**WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR**
Diretor Presidente

## Itps

INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE
VINCULADO À SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEDETEC
ÓRGÃO DELEGADO DO INMETRO

PORTARIA Nº. 80, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.

Exonera a pedido MILENA JESUS DE OLIVEIRA, Auxiliar de Gabinete, Símbolo CCS-01, do Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE – ITPS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 18, da Lei Estadual nº. 5.511, de 28 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe de nº. 24.684, em 30 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º - Exonera a pedido a servidora MILENA JESUS DE OLIVEIRA, CPF nº. XXX.509.685-XX, do Cargo de Auxiliar de Gabinete do Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe, Símbolo CCS-01.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Antonio Carlos Porto de Andrade
DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Mario da Silva Júnior
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

CIENTE:

## Jucese

**EXTRATO DE PORTARIA - A PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei nº 8.934, de 18/11/1994, e regulamentada pelo Decreto n.o 1.800, de 30/01/1996, bem como o disposto na IN DREI n° 52, de 29/07/2022, RESOLVE, baixar o seguinte ato: **1) PORTARIA Nº 22/2025-JUCESE** - Art. 1º Tornar pública a matrícula da Sra. Danyele Lima Cavalcanti Lira - CPF : xxx.649.994-xx, sob matrícula de nº. 126, para que exerça a profissão de Leiloeiro Público Oficial e as suas atribuições em todo o território do Estado do Sergipe, conforme consta do processo nº SEE250003138. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. **Aracaju/SE, 02/10/2025. Nayara Siqueira Brito - Presidente.**

## Sergás

**SERGIPE GÁS S/A - SERGAS**
**EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL**
**ADITAMENTO 01**
**CONTRATO 10/2025**
**LICITAÇÃO 01/2025**
**CONTRATADO:** K2 Empreendimentos em Obras Ltda.
**MOTIVO ALTERAÇÃO:** Inclusão de itens na planilha sem alteração de valores.
**DATA DO ADITAMENTO:** 30 de setembro de 2025.
**PARECER**: 197/2025.

**ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS**
**PRESIDENTE**

## Sergipe Previdência

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe - SERGIPEPREVIDÊNCIA, através de seu Diretor-Presidente baixou a seguintes Portaria, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na lei 5.852 de 20 de março de 2006.
**PORTARIA Nº 3731/2025 RESOLVE:** Conceder através do processo nº EX.01038.07/2025_C1-P, o Benefício de Pensão por Morte ao(a) Sr(a) **JOSE NAILSON DOS SANTOS, CPF Nº XXX.266.645-XX**, na condição de Companheiro (a) - Decisão Judicial do(a) ex-segurado(a), **MARIA ARACELE SANTOS, CPF Nº XXX.898.765-XX**, fundamentado no Pensão sem paridade conforme decisão judicial

Aracaju, 02 outubro de 2025.

**JOSÉ NORMANDO DA MOTA GUIMARÃES FILHO**
Diretor-Presidente em exercício

## Imprensa Oficial de Sergipe

**P O R T A R I A Nº 42/2025**
**DE 01 DE OUTUBRO DE 2025**

Dispõe sobre designação de Fiscal e Gestor de Contrato nº 08/2025 da Imprensa Oficial de Sergipe - IOSE.

**Diretor- Presidente da Empresa Pública Imprensa Oficial de Sergipe - IOSE**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as normas que lhe são conferidas através do Estatuto Social da IOSE;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar Clúvia Libório Prado, portadora do CPF: XXX. 459.XXX-68, para exercer a função de Fiscal de Contrato a partir da data desta portaria.

**Art. 2º** - Designar Érika Aparecida Carvalho Bispo, portadora do CPF: XXX. 285.XXX-34, para exercer a função de Fiscal de Contrato substituta a partir da data desta portaria.

**Art. 3º** - Designar Erick Dos Santos Muniz, portador do CPF: XXX.850.XXX-48, para exercer a função de Gestor de Contrato a partir da data desta portaria.

**Art. 4º** - Os nomeados deverão desempenhar suas atribuições em conformidade com o disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da IOSE, bem como cumprir as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 13.303/2016.

**Art. 5º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, DÊ CIÊNCIA E CUMPRA-SE.**

**FRANCISCO GUALBERTO DA ROCHA**
Diretor -Presidente da IOSE

Documento Assinado Digitalmente com certificado digital emitido sobre a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Quinta-feira, 2 de Outubro de 2025 às 20:30:30